

ID: 123410896

07-06-2026

“Quando damos direitos às mulheres, aos migrantes, todos ganhamos”

Yolanda Díaz Vice-presidente do Governo de Espanha e ministra do Trabalho alerta que o pacote laboral português “vai prejudicar a economia do país” e “é um retrocesso democrático”

Entrevista

Raquel Martins e Inês Chaíça Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

A agenda de Yolanda Díaz, vice-presidente do Governo de Espanha e ministra do Trabalho, na sua curta passagem por Lisboa, era apertada. O objectivo da visita foi a apresentação do livro *Políticas governamentais de solidariedade nos mercados de trabalho europeus*, um trabalho académico que compara as experiências de Portugal e Espanha depois da crise da dívida soberana e o seu impacto no mercado de trabalho e na economia.

Os investigadores do Iscte, da Universidade Nova e da Universidade Autónoma de Barcelona analisaram o impacto das leis laborais e das políticas de aumento do salário mínimo na redução da precariedade entre 2015 e 2025. Temas queridos a uma advogada especialista em direito laboral que não esconde que é uma apaixonada pelo tema.

Ao PÚBLICO, numa curta entrevista no intervalo entre a apresentação do livro e um almoço com estudantes, defendeu a redução da semana de trabalho para 37,5 horas (mesmo depois do chumbo no Congresso espanhol) e considerou que a proposta de pacote laboral que está a ser discutida em Portugal “é um erro profundo que vai custar muito caro ao Governo português”.

Durante a apresentação do livro, disse que as pessoas em Espanha são favoráveis à redução da semana de trabalho. Se assim é, o que explica o chumbo das 37,5 horas semanais no Congresso?

A direita atinge sempre os trabalhadores. A medida que mais desejam os eleitores de todas as formações políticas, incluindo os da direita e da extrema-direita, é

trabalhar menos. Por que razão os três partidos de direita votaram contra os trabalhadores? Penso que isto tem a ver com a distância entre os políticos e os cidadãos, o que se traduz no descontentamento dos cidadãos. O descontentamento dos cidadãos é, hoje, um enorme problema no meu país e no mundo. **Votaram contra por uma questão política, para atacar o Governo, ou porque ele não negociou a medida?** Esta lei esteve 11 meses em diálogo social. Penso que é um reflexo do espírito dos tempos: se há uma coisa que a redução da jornada de trabalho faz é dar esperança e não podiam permiti-lo.

Em Espanha, a média é de 38,2 horas semanais, portanto já há muita gente que tem uma jornada de trabalho reduzida, mas ainda há 12 milhões de trabalhadores, muitos deles são mulheres que estão em sectores mais precários, que trabalham 40 horas por semana. Viabilizar a medida era dar força aos trabalhadores, dar-lhes esperança.

Os empregadores eram a favor da medida?

Há muitas empresas em Espanha que trabalham 36 horas e acabámos de aprovar a redução para 35 horas semanais na administração pública. Os patrões entenderam isto como um instrumento ideológico, mas não se atrevem a dizer publicamente que são contra a medida. Mesmo a direita não se atreveu a dizê-lo. Há uma imagem do momento da votação em que, quando a proposta é rejeitada, os três partidos de direita não aplaudem, mantêm-se sérios, porque sabem que a decisão pode ter custos eleitorais. O normal é que quando uma proposta do Governo é chumbada os deputados aplaudam e festejem e a imagem dessa votação foi de uma seriedade absoluta.

O que é que o seu Governo vai fazer para voltar a pôr em cima da mesa o debate das 37,5 horas

no sector privado?

A lei tinha três peças: a redução de 40 para 37,5 horas semanais, o direito à desconexão e o registo do tempo de trabalho. Era contra este terceiro elemento que as confederações patronais lutavam mais arduamente.

Temos duas sentenças do Tribunal de Justiça Europeu, que condenou a Espanha por ter um registo de tempo ineficaz, instando-a a ter um registo de tempo objectivável, verificável e interoperável. Neste momento, vamos aprovar o registo horário, que é o que os patrões menos queriam, para que o controlo do excesso de horas de trabalho seja eficaz. Actualmente, em Espanha, há dois milhões e meio de horas extraordinárias irregulares e não remuneradas por semana. Com o registo de horas, esta situação termina.

Estamos na fase final deste regulamento que modificará o registo de tempo de trabalho. O Governo espanhol defende a legalidade - a realização de horas extraordinárias não remuneradas é um fenómeno de concorrência desleal e prejudica a economia. Não podemos tomar o partido dos empregadores que violam o horário de trabalho. O maior número de acções levadas a cabo pela inspecção do trabalho em Espanha está relacionado com o excesso de horas de trabalho.

E desistem das 37,5 horas?

Não, nem pensar. Acho que eles [os partidos de direita] vão ser perseguidos por esta medida. A redução do tempo de trabalho em Espanha, mantendo os salários, é uma medida que não só distribui a produtividade entre o trabalho e o capital, como também aumenta os salários, porque ao trabalhar menos mantínhamos os salários. É uma mensagem para o mundo que é muito perigosa porque dá esperança.



O estudo mostra que parte do sucesso da reforma laboral de 2021 em Espanha se deveu ao diálogo social. Os sindicatos afirmam que este diálogo está em ponto morto desde 2022. Sente isso?

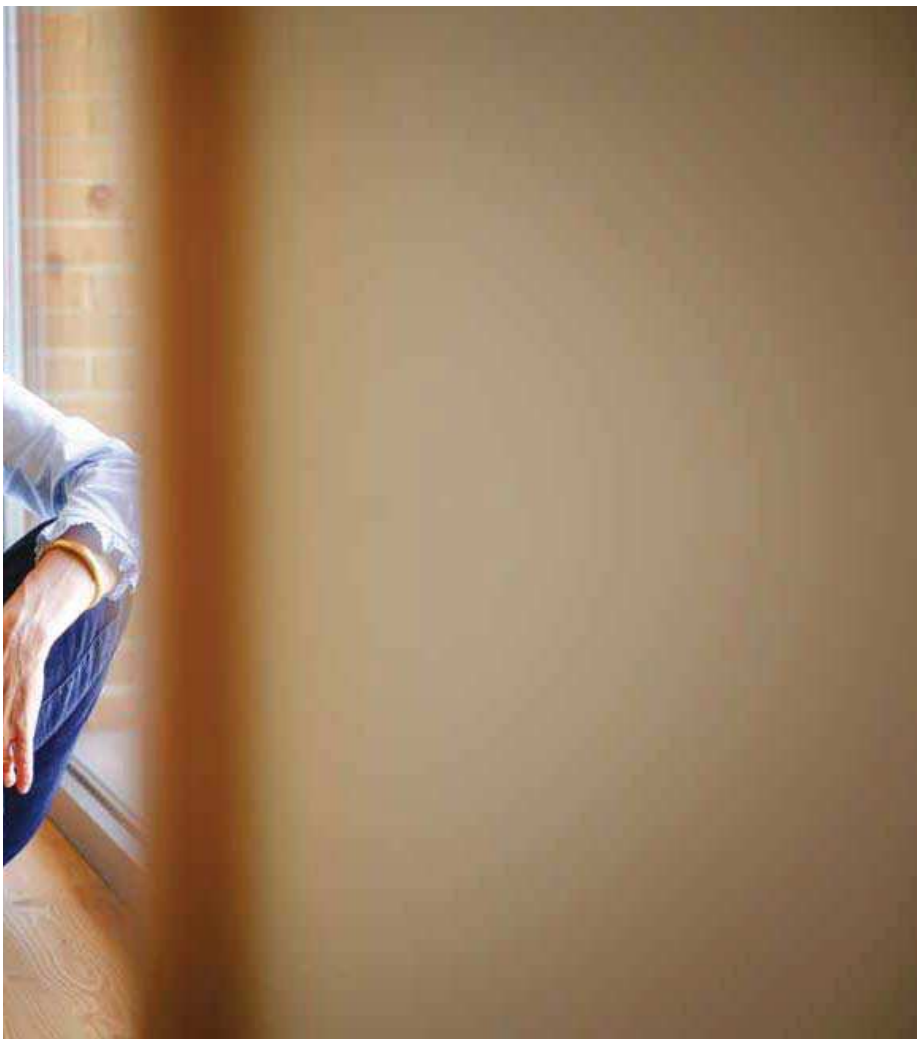
Isso não é verdade. Celebrei 27 grandes acordos de diálogo social e obtive um acordo tripartido em

praticamente todos eles. O que os sindicatos dizem é que há uma mudança de atitude por parte das confederações patronais. Por exemplo, há três semanas aprovámos, após dois anos de diálogo social, a reforma da lei sobre a prevenção dos riscos profissionais. Os empregadores fizeram parte desta mesa de diálogo e não quiseram assinar, mas não se opõem a esta lei.

Penso que os sindicatos querem dizer é que os empregadores mudaram o seu *modus operandi*. E, tal como digo que os sindicatos não devem ser a correia de transmissão das formações políticas, gostaria que as organizações patronais espanholas não fossem a correia de transmissão das formações políticas.

O estudo mostra que as políticas seguidas por Portugal e Espanha depois dos programas de ajustamento [financeiro] tiveram efeitos positivos no emprego e reduziram a

“**Retirar o poder, como faz esta reforma [em Portugal], a uma parte dos actores da negociação, que são os sindicatos, é um erro profundo**”



precariedade nos jovens. Como vê a proposta de pacote laboral que está a ser discutida em Portugal neste momento? É um erro profundo que vai custar muito caro ao Governo português. Porquê?

Porque se trata de uma reforma prejudicial para os trabalhadores, nociva para os sindicatos, nociva para a democracia. O diálogo social e a governação nas sociedades democráticas contemporâneas não são apenas os parlamentos, é também uma questão de participação democrática de empregadores e trabalhadores. Retirar o poder, como faz esta reforma, a uma parte dos actores da negociação, que são os sindicatos, é um erro profundo que enfraquece a democracia.

Os autores do livro dizem que quando se precariza uma parte do emprego a favor da outra, todos perdemos. Cientificamente, em termos económicos, é assim. Quando damos direitos às

mulheres, aos migrantes, todos ganhamos. Mas isto é muito difícil de explicar e a ofensiva é muito grande.

Esta contra-reforma vai prejudicar a economia do país, é um retrocesso em termos democráticos, em termos económicos, em termos sociais, laborais e de género. As mulheres vão perder, porque são as mulheres que têm os empregos mais precários. E há ainda o fenómeno da redução dos salários. Num país como o vosso, que tem um salário mediano débil, 1077 euros, menos 700 euros do que em Espanha... Esta reforma inscreve-se no contexto de políticas que fracassaram e não tiveram êxito.

A Comissão Europeia (CE) está a mudar de perspectiva? Espanha beneficiou do impulso dado pelas instituições europeias no período pós-pandemia...

Não foi esse o caso. A CE queria fazer o que já tinha feito antes. Mas o presidente do meu Governo

[Pedro Sánchez], António Costa [antigo primeiro-ministro português] e as ministras e ministros do Trabalho dissemos que não podia ser assim. O Ecofin [Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros] queria fazer o que a Europa sempre fez.

Portanto, a CE mantém a mesma linha do período de



O perigo para a humanidade está em Trump e nos seus homens. A dignidade e a decência estão no Governo de Espanha

ajustamento?

Queria a reforma laboral que tinha imposto a todos os Estados-membros. Mas rebelámo-nos, a ministra Ana Mendes Godinho [de Portugal], Andrea Orlando [ministro do Trabalho de Itália], Luka Mesec [ministro do Trabalho da Eslovénia] e muitos outros actores políticos que diziam “queremos uma Europa que proteja, que não cometa os mesmos erros da última vez” e ganhámos a batalha.

Na Cimeira Social do Porto [em 2021] exigimos um mecanismo europeu de convergência social. A abordagem da CE foi a mesma de sempre e dissemos não. Éramos ministros de diferentes partidos políticos, todos eles progressistas, mas chegámos a um acordo.

Uma das políticas da actual legislatura que tiveram mais eco internacional foi a regularização extraordinária de migrantes. Da parte do Governo de Espanha e enquanto ministra do Trabalho, como olha para esta medida?

Acho que é a medida mais positiva que tomámos em muito tempo. Primeiro, por razões humanitárias: uma das crises do nosso tempo são os fluxos migratórios, sobre os quais em alguma vez teremos de falar. Também por razões económicas. É uma economia paralela, sem direitos, irregular e insustentável. Por isso é que os empregadores em Espanha e a Igreja Católica se uniram ao Governo. Por isso é que o Papa Leão XIV vai às Canárias, com o presidente do Governo, para enviar uma mensagem ao mundo. Também poderia fazer uma leitura como ministra do Trabalho, mas não a vou fazer porque não gosto.

É uma posição contra o que a direita espanhola e o que muitos outros governos do mundo defendem, nomeadamente o de Donald Trump, que tem criticado duramente Espanha ao longo do último ano. Como responde a quem acha que se deve alinhar com os EUA até às últimas consequências e que a postura do actual Governo é perigosa?

Eles é que são perigosos, muito perigosos. A guerra insensata na Palestina de Benjamin Netanyahu e Donald Trump é assassina, criminoso e um genocídio. A guerra no Irão é exactamente o mesmo. Causa danos, mortes, assassina crianças, ataca as Nações Unidas e põe em causa António Guterres, viola o direito internacional.

As guerras comerciais de Donald Trump também estão a causar um enorme dano ao seu país e ao mundo. O meu país está a fazer o que tem de fazer – respondeu com cinco mil milhões de euros para os sectores produtivos, para os cidadãos. O sistema de protecção social e de energias renováveis

foi o que nos amparou perante esta crise. Vejo como muitos Estados-membros europeus estão a sofrer com a guerra no Irão, tal como os sectores produtivos dos EUA. É insensato. O perigo para a humanidade está em Trump e nos seus homens. A dignidade e a decência estão no Governo de Espanha. É importante ter líderes que falem com valentia, precisamos de mais homens e mulheres assim. Porque os outros podem gritar muito, mas não têm razão.

Espanha foi uma das vozes mais contundentes na defesa dos direitos dos palestinianos e no reconhecimento do Estado palestiniano, destoando da posição de muitos outros Estados-membros e da UE. O que vos levou a adoptar esta postura?

No acordo de Governo que o movimento Sumar assinou com o Partido Socialista, exigimos o reconhecimento do Estado palestiniano, numa altura em que não havia guerra na Palestina e toda a gente ficou um bocado surpreendida. Entendíamos que era o momento. Desde aí, não parámos e fomos empurrando o Governo sempre. Acho que hoje somos um exemplo da dignidade, com o decreto de embargo de armas [de e para Israel] e com [o pedido de] suspensão das relações comerciais entre União Europeia e Israel. Defendemos a legalidade internacional, e além disso, fizemo-lo de maneira coerente: na Ucrânia, ao dizer que a invasão é ilegítima, é ilegal e viola o direito internacional, na Palestina, Venezuela, Cuba. O Governo de Espanha não muda de posição. Estamos em democracia e a democracia é a legalidade internacional, os direitos humanos.

Por último: como está a saúde da coligação no poder? Tendo em conta os casos que rodeiam o PSOE...

A coligação do Governo de Espanha mudou de maneira radical a política no país, somos um farol de esperança para o mundo. Ainda há pouco disse que houve 52 reformas laborais [em Espanha], todas na mesma direcção, quer governasse o Partido Popular ou o Partido Socialista. O que acrescentou o Sumar? Digo-o com humildade, mas com contundência: a reforma laboral, a Lei *Riders*, a protecção das empregadas domésticas.

Por isso, a coligação funciona. Temos discussões, como neste momento sobre a habitação. Mas a verdade é que os tempos das maiorias absolutas, felizmente, acabaram. E por isso as diferenças entre actores políticos servem para avançar. Hoje lançámos o Orçamento do Estado que quer blindar a habitação em Espanha, a autonomia pessoal, criar emprego e abordar a emergência climática.



Yolanda Díaz

“Quando damos direitos às mulheres, aos migrantes, todos ganhamos”

Economia, 20/21